

Etnografias do tempo

EMILIA ARAÚJO

era@ics.uminho.pt /emiliararaujo@gmail.com
Universidade do Minho

Resumo

Este texto verte os principais pontos abordados na comunicação efetuada ao congresso da Confibercom, em maio de 2014. Tem como objetivos mostrar algumas especificidades da etnografia em contexto de investigação sociológica atual no âmbito dos estudos sociais do tempo, destacando algumas investigações realizadas no âmbito particular desta temática com recurso a observação e à etnografia. O assunto que se trata é bastante amplo mas no texto focaremos apenas os pontos principais que explicitam cada um destes objetivos. Em publicação posterior explicitaremos com mais detalhe as técnicas de recolha e de tratamento de informação usadas no âmbito dos estudos citados.

Palavras-Chave: tempo; temporalidade; etnografia

TEMPO COMO OBJETO

Os tempos e as temporalidades sociais constituem um elemento estruturante das ações quotidianas. Similarmente ao espaço, o tempo atravessa todos os fenómenos sociais e constitui-os. Por isso, se afirma que o tempo e a temporalidade são eixos de realização da sociedade e, portanto, são eixos da vida social, cultural e política. Muito se tem estudado sobre o fenómeno temporal e a sua multiplicidade de sentidos. Podemos remeter-nos tanto para as perspetivas estruturantes do mundo ocidental que dão o tempo como algo a controlar, a mensurar e a poupar, como para as perspetivas que tratam mais das dimensões subjetivas e psicológicas do tempo e que o mostram como um elemento de processo, essencial à percepção das variações, das continuidades e das ruturas e que estão bastante associados a metáforas centrais nos quotidianos de vida, como as de que o tempo “passa”, “voa”, ou “cura”.

Em períodos de transição e rutura de paradigmas e modelos de orientação política e social semelhante ao que vivemos atualmente, o tempo assume um lugar especial nos modos de análise do mundo social e histórico, ao apresentar-se como contraponto permanente na avaliação entre horizontes - passado, presente e futuro. Adicionalmente, o tempo aparece como elemento estruturante dos contextos culturais e dos modos de ação política, definindo também as relações de poder entre atores, instituições e ou organizações, mas também os modos de relação das sociedades e dos indivíduos com o imaginário, o sagrado e o profano. Atualmente, os estudos sobre o tempo e as temporalidades oferecem análises cada vez mais sistémicas sobre a relevância das representações, das perceções e dos modos de

atuação sobre e no tempo, no conjunto vasto de espaços reais e virtuais que definem a ação dos sujeitos na era do digital. Entre outras questões, destaque-se a atenção sobre a relação entre os tempos “naturais” e os tempos “socioeconómicos” e a forma como os últimos dominam os primeiros, fazendo-os entrar em colapso. Podem elencar-se várias temáticas de interesse investigativo recente que tocam nestas várias dimensões de tempo: a complexa relação com o passado, o presente e o futuro; a representação e a orientação face ao plano, ao projeto e à memória; a individualização dos tempos e os ritmos sociais; as crises demográficas, o envelhecimento e as modalidades de adaptação institucional e organizacional; as mobilidades, os espaços e as temporalidades individuais e coletivas; a classe social, os destinos sociais e as necessidades de adaptação; a democracia e a sustentabilidade, entre outros. Pode-se, assim, falar em várias escalas de tempo.

A ETNOGRAFIA E OS ESTUDOS DO TEMPO E SOCIEDADES

A etnografia e a observação, definidas como processos de leitura social e bastante dependentes da imersão do investigador no campo estudado, revelam-se ser especialmente adequadas ao estudo de fenómenos complexos, tais como padrões comportamentais, dinâmicas socioculturais e valores. Desse ponto de vista, embora tal dependa do ângulo de visão adotado pelo investigador, a etnografia permite quebrar o escudo do “tomado como garantido” e desconstruir o modelo de funcionamento do social, propondo uma análise às estruturas e modelos de pensamento, das quais resultam e nas quais se inscrevem as práticas dos sujeitos individuais. Tal na perspectiva de que a etnografia, contemplando a dita “imersão” no campo, permite o acesso ao modo como os sujeitos atribuem sentido às suas ações e estruturam as suas vidas diárias. Por isso, além de contribuir para revelar estruturas, também facilita o acesso aos modos de interpretação dos sujeitos, fazendo sentido a frase de Agar quando afirma que não gosta da distinção entre teoria e etnografia, porque o processo de recolha e de seleção proposto durante o uso da etnografia deve ser rico em teorias sobre a sociedade, a cultura e o indivíduo. Nas suas palavras: “I don’t like the distinction between theory and ethnography. There is a saying, attributed to William James, that you can’t pick up rocks in a field without a theory. Ethnography is not simply ‘data collection; it is rich in implicit theories of culture, society and the individual” (Agar 1980: 23, cit. em Crang & Cook, 2008: 5).

No seguimento de Levine (1997), pode-se afirmar que as perguntas que uma pesquisa centrada sobre o uso da etnografia contempla a respeito do tempo incluem formulações simples: como vivem os indivíduos o tempo? Que sentido atribuem ao tempo que “passa”? Qual é a sua história? Como coordenam diferentes atividades e exigências? Que explicações, vivências e sentidos tem para a vida, o nascimento e a morte? Até que ponto as atividades diárias dependem da regulação e do controlo do tempo? Como lidam as organizações, as instituições e a política com os tempos biográficos? Que rituais compõem a vida quotidiana e que sentido lhe é atribuído? Tal como adiantamos acima, os fenómenos temporais podem ser estudados a partir

de diversos ângulos (Sabelis, 2001), entre os quais os paradigmas de tipo mais estrutural nos quais o tempo é pensado a partir de conceito precisos, como poder, disciplina e modelos de organização; e os paradigmas de tipo fenomenológico e interpretativo através dos quais o tempo é pensado sob a perspectiva da reflexividade, memória e identidade pessoal. Há ainda o ângulo de tipo pós-estruturalista, mediante o qual o tempo é interrogado como elemento ubíquo, integrante da diversidade e da aleatoriedade das ações sociais.

Neste sentido, a etnografia permite incidir sobre os modos de fazer, pensar e organizar o tempo, incluindo também os modos de expressão e as estruturas linguísticas usadas para dar sentido e significado ao tempo e aos tempos.

É certo que, à exceção dos estudos de índole quantitativa, que privilegiam os orçamentos do tempo e os inquéritos às formas e usos do tempo, centrais para a análise de várias políticas públicas, ou os estudos mais centrados sobre a evolução da história do tempo, a maior parte das pesquisas apresentam uma matriz etnográfica e observacional bastante forte. Teríamos de citar aqui a maior parte dos estudos existentes que versam ou tocam a dimensão tempo, se quiséssemos ser exaustivos sobre o modo como a observação das condições de vida, a descrição dos ritmos e das atividades e análise dos contextos de ação dos atores são transversais e desempenham um papel muito relevante na construção das leituras socioantropológicas desses contextos. Com efeito, a etnografia e a observação acabam por ser parte integrante das estratégias metodológicas seguidas pelos investigadores que recolhem do campo traços e características. Mesmo os trabalhos mais teóricos evidenciam o manuseio de técnicas de observação, embora sem carácter sistemático.

A etnografia tem um lugar e uma história no âmbito dos estudos sobre os tempos e as temporalidades sociais. Apesar das críticas a que foram sujeitos, sobretudo por veicularem uma análise bastante circunscrita e algo etnocentrada sobre o fenómeno do condicionamento cultural dos modos de pensar e usar o tempo, os primeiros estudos desenvolvidos por Durkheim (1915), Hubert (1905), Mauss (1974), Evans Pritchard (1969) e Malinowski (1927) continuam a ser marcantes e a alimentar análises diversas sobre vários contextos sociais, incluindo organizações. Autores mais recentes, como Merton e Sorokin (1937), Pomian (1993), Levine (1997), Aveni (1989), Hall (1996), Bourdieu (1993) ou, mesmo, Gell (2000) são profundamente influenciados nas suas abordagens sobre o tempo e as temporalidades por aqueles autores que buscaram sobretudo estudar a experiência dos ritmos e dos rituais e o seu lugar na estruturação da vida em sociedade. Ao mesmo tempo, combinaram a análise do tempo social, com a do tempo natural, uma vez que observavam uma grande dependência e sincronia entre ambos. Malinowski, por exemplo, analisa a intersecção do calendário social dos trobriandeses com o calendário lunar. Durkheim, por exemplo, definia o ritmo social como sucessão de datas críticas, celebrativas, com significado emotivo e cultural, mas também económico (por exemplo, o tempo das colheitas e das sementeiras).

Marcel Mauss estudou os esquimós e mostrou como o ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele afirma que a vida social dos esquimós se

altera entre estações do ano - inverno e verão - dando lugar a mudanças significativas, não apenas em termos materiais (como a mudança do estilo de habitação), mas também comportamentais e simbólicas.

Bourdieu usou também a etnografia no estudo que realizou na Argélia acerca dos Cabila, tendo destacado as principais características da experiência e da percepção do tempo por parte desta população, mostrando sobretudo, que se trata de uma sociedade em que o futuro não adquire nem tem a mesma profundidade e extensão que tem nas sociedades ocidentais, principalmente protestantes. Appadurai trabalharia no domínio etnográfico ao estudar a experiência e os usos do tempo por parte dos camponeses na Índia. A maior parte destes estudos que usam a etnografia estão bastante centrados na comparação e na diversidade de experiências e de representações entre os ocidentais e os não ocidentais, considerando que, para além da cultura, existem condicionamentos naturais (dos ritmos naturais) sobre a experiência do tempo social. Mais recentemente, outros estudos realizados no âmbito da sociologia tem proposto análises mais centradas sobre os universos do trabalho e do consumo, assim como do lazer e dos desportos, veiculando perspectivas mais centradas sobre a observação da dinâmica social e, portanto, partindo do pressuposto de que o tempo é um elemento do processo e dos processos sociais, de certa forma dando consistência a uma das ideias e teses centrais de alguns autores (Adam, 1990), ao afirmarem ser importante *temporalizar* a própria teoria social, introduzindo instrumentos analíticos nela em ordem a captação da mudança, mesmo a partir das estruturas mais simples e aparentemente mais estáveis do dia a dia, como o quotidiano.

Relembremos os trabalhos de Roth (1963) e Zerubavel (1982) a este respeito que, também incorporando os contributos de resultados obtidos através de outras técnicas, mostraram a relevância dos modos de estruturação temporal das organizações sobre a vida dos indivíduos particularmente daqueles que, por algum motivo, como, por exemplo, a doença ou o crime, ficam na sua dependência.

Na maior parte dos estudos citados, o uso da etnografia faz-se acompanhar de recolhas intensivas e sistemáticas de informação sobre casos, grupos, universos concretos de ação, tais como organizações ou comunidades. Mas, acompanhando a evolução da própria metodologia etnográfica, nas suas diversas ancoras teóricas – entre orientações mais naturalistas e outras de tipo mais interpretativista – estudos mais recentes, com objetivos mais centrados sobre a análise do tempo como fenómeno complexo e “total”, tem também utilizado a etnografia de tipo mais cirúrgico, planeada para abranger vários espaços e populações, embora acerca de um número reduzido de dimensões que se querem estudar (Crang & Cook, 2007).

Destaque-se outros trabalhos mais recentes sobre as formas de convivência entre regimes de tempo e culturas de tempo, particularmente em contextos sujeitos a mudanças aceleradas. Alguns exemplos mais atuais dizem respeito ao estudo dos processos de transição verificados em comunidades com traços rurais e/ou culturais específicos que se vem impelidas a mudar e a adaptarem-se a ritmos mais tecnológicos e industriais. Entre outros, podemos citar os estudos em curso sobre os índios *Pai y Pay*, no norte do México, ou ainda estudos sobre os impactos do uso de tecnologias

no espaço doméstico e mudança de sociabilidades familiares e modos de ocupação do tempo.

Tal como mostrámos no início, foi nosso objetivo apresentar uma versão muito breve do assunto em questão.

REFERÊNCIAS

- Adam, B. (1990). *Time and social theory*. Oxford: Polity Press.
- Agar, M. (1980). *The Professional Stranger: An Informal Introduction to Ethnography*. New York: Academic Press.
- Aveni, A. F. (1989). *Empires of Time: Calendars, Clocks and Cultures*. New York: Basic Books.
- Bourdieu, P. (1963). The Attitude of the Algerian Peasant toward Time. In J. Pitt-Rivers (ed), *Mediterranean Countrymen* (pp.55-72). Mouton: The Hague.
- Crang, M. & Cook, I. (2007). *Doing Ethnographies*. Sage.
- Crang, M. & Cook, I. (2008). *Doing ethnographies*. Disponível em <http://dro.dur.ac.uk/202/1/202.pdf>.
- Durkheim, E. (1915). *The elementary Forms of Religious Life. A study in religious Sociology*. London: George Allen & Unwin.
- Evans-Pritchard, E. E. (1969 [1940]). *The Nuer*. Oxford: Oxford University Press.
- Filipcova, B. & Filipec, J. (1986). La société et les concepts du temps, *Review Internationale des Sciences Sociales*, 107.
- Gell, A. (2000). Time and Anthropology. *Time in contemporary intellectual thought* (pp.251-268). Amsterdam: Elsevier.
- Hall, E. T. (1996). *A dança da vida: a outra dimensão do tempo*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Hassard, J. (1927) *The Sociology Study of Time*. The Macmillan Press.
- Hubert, H. (1905/1999). *Essay on Time*. Oxford: Durkheim Press.
- Levine, R. (1997). *A Geography of time: The temporal misadventures of a social Psychologist, or how every culture keeps time just a little bit differently*. Basic Books
- Mauss, M. (1974). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP
- Merton, R. & Sorokin, P. (1937). Social-time: a methodological and functional analysis. *American Journal of sociology*, 42, 615–29.
- Pomian, K. (1993). *Tempo/temporalidade*. In G. Fernandes, *Enciclopédia Einaudi*. Vol.29. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Roth, J. (1963) *Timetables: Structuring the passage of time in Hospital treatment and other careers*. USA: Library of Congress.
- Sabelis, I. (2001). Time Management: paradoxes and patterns. *Time & Society*, 10 2/3, 387-400.
- Zerubavel, E. (1982). The Standardization of Time: A Sociohistorical Perspective. *American Journal of Sociology*, 88 (1), 1-23.